

**Relatório da Audiência n.º 10 - COF- XV**

**Dia:** 12 de maio de 2022

**ENTIDADE:** *STI - Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos*

Dr. Gilberto Sousa

Dr. Luís Ferraz

Dr. Rui Carlos Barbosa

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Alexandre Simões (PSD)
- Bruno Dias (PC)
- Carlos Braz (PS)
- Hugo Carneiro (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Patrícia Dantas (PSD)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, iniciou os trabalhos saudando os representantes do STI e dando posteriormente nota dos termos em que estes se desenrolariam. De seguida, concedeu a palavra ao Dr. Luís Ferraz, para uma intervenção inicial.

O Senhor Dr. Luís Ferraz expôs as questões e propostas que levaram o STI a pedir uma audiência à Assembleia da República. Em primeiro lugar, salientou a necessidade de conceder isenção total de taxa de justiça para as ações de massa intentadas pelos sindicatos, em linha com o regime em vigor anteriormente a 2009. Em segundo lugar, disse entender que as ajudas de custo e transporte dos funcionários públicos estão desatualizadas. Salientou que na Autoridade Tributária e Aduaneira a maior parte dos funcionários, particularmente os inspetores usam carro e que o valor do “Km” é

profundamente desajustado. Em terceiro lugar, quanto ao direito a férias, disse que os funcionários foram sempre compensados com dias de férias e que, há anos atrás, a Troika retirou 3 dias de férias aos funcionários que nunca foram repostos. Em quarto lugar, relativamente aos descontos para a ADSE, na sua ótica, estes não deveriam incidir sobre os subsídios de férias e Natal, mas apenas sobre os vencimentos. Em quinto lugar, referiu que não há igualdade de tratamento nos colegas que trabalham na Madeira, uma vez que aqueles que estão dependentes dos organismos da Madeira têm direito a subsídio de insularidade e os que dependem da Autoridade Tributária e Aduaneira do continente não têm direito a esse subsídio. Em sexto lugar, salientou a importância de, nas faltas por doença, que constituem situações de particular fragilidade para os trabalhadores, não deverem ser cortados os vencimentos.

Iniciou o debate o Senhor Deputado Carlos Braz (PS) que começou por agradecer a presença dos representantes do STI. Referiu que este orçamento é *sui generis*, vigorará por pouco tempo, não havendo margem para alterações estruturais. Disse concordar que as reivindicações do STI são justas e legítimas e que espera que estas possam vir a ser acolhidas no futuro.

De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) que começou por fazer uma declaração de interesses, referindo ser trabalhador da Autoridade Tributária e Aduaneira e sindicalizado. Declarou que os problemas identificados são problemas dos trabalhadores dos impostos e de outros trabalhadores. Terminou dizendo que o PSD tem disponibilidade para acolher e colaborar com o STI nestas matérias.

A Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD) referiu que a questão identificada sobre o tratamento diferenciado dos trabalhadores na Madeira é uma reivindicação do PSD há já algum tempo. Informou que iria apresentar uma proposta de alteração nesse sentido e desafiou o PS a acompanhar esta alteração.

Interveio, por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que após agradecer a presença do STI, referiu que de todas as questões identificadas o problema da taxa de justiça é um problema particularmente grave, condicionando os direitos dos trabalhadores.

Na sua intervenção final, o Dr. Luís Ferraz começou por agradecer a sensibilidade dos deputados e disse que estão disponíveis para continuar a luta, que consideram justa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

---

Assim, disse que se as pretensões do STI não forem satisfeitas agora, voltarão em outubro.

Tomou a palavra o Senhor Dr. Rui Carlos Barbosa que agradeceu, em particular, a proposta relativa à Madeira. Por sua vez, o Senhor Dr. Luís Ferraz agradeceu a audiência e referiu, quanto à problemática da retirada dos dias de férias aos trabalhadores, que a Madeira já corrigiu a situação e que seria justo que esta correção fosse feita igualmente no continente.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as intervenções e esclarecimentos, posto o que encerrou os trabalhos.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação áudio, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão

Hugo Carneiro

